

CHAPTER V

THE USE OF CHILDREN'S LITERATURE TO PROPAGATE ANTI-RACIST EDUCATION

O USO DA LITERATURA INFANTIL PARA PROPAGAR UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

DOI: 10.51859/ampla.sset.2224-5

Edjane Liandro Damaso ¹
Geisa Martins Nogueira Costa ²

¹ Graduanda do curso de Pedagogia. Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF.

² Mestre em Educação Científica, Inclusão e Diversidade PPGECID – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB.

ABSTRACT

The research aims, through the use of children's literature, to discuss its importance for promoting anti-racist education and present a pedagogical proposition that articulates children's literature and childhood. In the educational process, the school constitutes a space for social interaction, an environment that promotes the individual's integral human formation for coexistence and respect for differences. And in accordance with Laws No. 10,639/03 and No. 11,645/08, it is essential that this topic be addressed in Early Childhood Education, with the aim of promoting the development of a culture of respect for others and, as we understand that it is at this stage in which the child begins the process of building their identity, values and principles. It is also the opportune time to act in the re-education of acts of prejudice and discrimination that begin in homes and perpetuate within schools. In order to achieve the proposed objectives, the research was developed through documentary research in books, magazines, and scientific articles. Dialoguing with the following authors; Lucione Andriola (2020), Gabriela Tavares Sousa (2018), SANTANA, Patrícia (2008), Patrícia Maria de Souza Santana (2006), Eliane Cavalleiro (2006) Kabengele Munanga (2005), Heloisa Pires Lima (2005). With the study we concluded that the research and thinking of the authors allows us to move towards a critical, emancipatory and inclusive education.

Keywords: Education. Children's literature. Ethnic-Racial Relations.

RESUMO

A pesquisa tem por finalidade, através do uso da literatura infantil discutir a sua importância para promoção de uma educação antirracista e apresentar uma proposição pedagógica que articule literatura infantil e infâncias. No processo educativo, a escola, se constitui como um espaço de interação social, um ambiente que promove a formação humana integral do indivíduo para o convívio e o respeito com as diferenças. E em conformidade com as Leis nº 10.639/03 e nº 11.645/08, torna-se indispensável que essa temática seja trabalhada iniciada Educação Infantil, com o intuito de promover o desenvolvimento da cultura do respeito ao outro e, por entendermos que é nessa fase em que, a criança começa o processo da construção de sua identidade, valores e princípios. É também o momento oportuno para atuar na reeducação dos atos de preconceitos e discriminação que se iniciam nos lares e perpetuam dentro da escola. Com a finalidade de atingir os objetivos propostos, a pesquisa foi desenvolvida através da pesquisa documental em livros, revistas, e artigos científicos. Dialogando com os seguintes autores; Lucione Andriola (2020), Gabriela Tavares Sousa (2018) SANTANA, Patrícia (2008), Patrícia Maria de Souza Santana (2006), Eliane Cavalleiro (2006) Kabengele Munanga (2005), Heloisa Pires Lima (2005). Com o estudo concluímos que, a pesquisa e o pensamento dos autores nos possibilitam a um direcionamento para uma educação crítica, emancipadora e inclusiva.

Palavras-chave: Educação. Literatura Infantil. Relações Étnico-Raciais.

1 INTRODUÇÃO

O incentivo do uso da Literatura infantil, possibilita o desenvolvimento de várias habilidades como a imaginação, interpretação, memória, construção de identidade e o aumento do vocabulário pois, tende a conduzir as crianças a compreenderem o mundo que as cerca. “Nessa dimensão, a literatura é, portanto, um espaço não apenas de representação neutra, mas de enredos e lógicas, onde “ao me representar eu me crio, e ao me criar eu me repito” (Lima, 2005, p.102). O contato com o mundo literário dentro do ambiente escolar, contribui para que o desenvolvimento cognitivo, a comunicação, os comportamentos e a forma de agir, enriquecendo o encontro entre esses mundos.

Numa perspectiva de analisar, como a Educação Infantil, está trabalhando a temática afro-brasileira após os 20 anos da promulgação da Lei n 10.639/03, alterada para Lei 11.645/08 alterando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), este estudo emerge com o objetivo de discutir a importância da literatura infantil na promoção de uma educação antirracista e apresentar uma proposição pedagógica que articule Literatura Infantil e infâncias. Assim, construir uma narrativa, que venha contribuir com uma formação humanizada, rompendo com práticas discriminatórias e estereótipos enraizados desde o processo de colonização e dominação, que excluiu grupos considerados marginalizados do acesso a escolarização. Neste processo educativo, a escola, se constitui como um espaço de interação social, um ambiente que promove a formação humana integral do indivíduo para o convívio e o respeito com as diferenças.

Portanto, faz-se necessário aplicabilidade da introdução do estudo da História e Cultura Afro-Brasileira a partir da Educação Infantil, visto que, é nessa fase em que a criança se constitui enquanto ser pensante, período em que se aflora as relações sociais e culturais necessárias para viver e valorizar as facetas multiculturais do país. Uma vez que, por meio destes conhecimentos, torna-se possível ampliar as habilidades sociais para com isso avançar nas relações de saberes no mundo.

Isso implica, que a temática afro-brasileira, não seja abordada no ambiente escolar apenas como uma visão romantizada ou porque os decretos os obrigam. Portanto, a democratização da educação vai além do campo pedagógico, torna-se um ato político. Com uma intencionalidade pedagógica dos professores compreendendo que, a diversidade que constituiu o espaço de convívio escolar e contribui para

desenvolver ações contrárias as práticas discriminatórias e construindo uma sociedade mais justa e igualitária.

2 OS PROCESSOS EDUCACIONAIS NO BRASIL E AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS

O direito a educação garantido pelo estado, representou um marco histórico social na luta por uma sociedade mais justa, humana e solidária. Ato político que foi consolidado com a promulgação da Constituição de 1988, onde assegura que o acesso à educação como uma política de transformação social, pode contribuir para a ruptura de uma sociedade marcada por desigualdade sociais e econômicas que ainda se mantém por relações de poder.

Esses avanços educacionais, no processo de escolarização podemos perceber nos seguintes artigos da Constituição de 1988.

Art.205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade. (Brasil, Constituição Federal, 1988,p.78)

Entretanto, as políticas públicas educacionais precisam ser efetivadas e conectadas com as identidades, interesse e as necessidades das aprendizagens dos alunos, por contribuírem na diminuição das desigualdades sociais e econômicas existentes no nosso país. Neste contexto, as políticas públicas devem ser inclusivas emancipadoras e construídas com a participação popular, para que seja possível criar condições para desenvolvimento e a formação dos alunos enquanto sujeitos sociais e históricos.

Após as reformulações que há décadas vem ocorrendo no sistema educacional brasileiro está possibilitando aos povos que no passado tiveram sua cultura, história e memória silenciadas ganharam um novo protagonismo histórico. Com a obrigatoriedade da Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena, nos estabelecimentos de ensinos públicos e privados de todo país.

A ampliação dessa visibilidade está assegurada nas seguintes afirmações a partir da Lei Nº 10.639, de 10 de Março de 2008 que:

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”.

“Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.” (NR) (BRASIL,2008).

Com o pensamento de Eliane Cavalleiro, a sanção da lei, cria possibilidade para a reafirmação da identidade e a autoimagem dos alunos negros. “É um passo inicial rumo à reparação humanitária do povo negro brasileiro, pois abre caminho para a nação brasileira adotar medidas para corrigir os danos materiais, físicos e psicológicos resultantes do racismo e as formas conexas da discriminação” (Cavalleiro, 2006, p.19).

No espaço representativo que ocupamos, desempenhamos um papel muito importante para contribuir para a formação política e o desenvolvimento da consciência histórica do aluno. E que o nosso olhar político e pedagógico seja voltado para o ensino de uma educação antirracista que inicia logo na educação infantil.

É nessa perspectiva, que o Plano Nacional de Educação fundamenta essas recomendações:

“O papel da educação infantil é significativo para o desenvolvimento humano, a formação da personalidade, a construção da inteligência e da aprendizagem. Os espaços coletivos educacionais, nos primeiros anos da vida, são espaços privilegiados para promover a eliminação de qualquer preconceito, racismo discriminação, fazendo com que as crianças, desde muito pequenas compreendam e se desenvolva conscientemente em ações que conheçam, reconheçam e valorizam a importância dos diferentes grupos étnicos raciais para a história e cultura brasileiras”. (BRASIL, MEC, 2003.)

Diante da exclusão histórica e a invisibilidade desses sujeitos, no processo educacional brasileiro se faz necessário, que as políticas públicas e as diretrizes sejam contextualizadas e que a educação seja condizente e conectada com as especificidades vivências e as necessidades reais da população negra que sofreram um longo processo de negação e exclusão. Para essa finalidade o trabalho dos docentes, necessita um direcionamento para o desenvolvimento da pluralidade das suas práticas pedagógicas com a intencionalidade de uma educação com mais equidade e humanizada.

Com esse pensamento Santana destaca que: “Promover a reflexão sobre a imagem de que a criança que dá suporte às práticas dos (as) educadores (as) possibilita a compreensão das singularidades e potencialidades de cada criança, podendo contribuir para promover condições de igualdade” (Santana, 2006. p.30).

Para esse fim, torna-se fundamental e indispensável a qualificação e a formação dos professores. Pensando numa reeducação antirracista para atuar com as novas ações pedagógicas trabalhando com respeito e o convívio com a diferença.

Nessa linha de pensamento Munanga destaca que:

No entanto, alguns professores, por falta de preparo ou por preconceito neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes a discriminação no espaço escolar e na sala como um momento pedagógico privilegiado para discutir a diversidade e conscientizar seus alunos sobre a importância e a riqueza que ela traz a nossa cultura e à nossa identidade nacional (Munanga, 2005. p.15).

Portanto nesse processo educativo, faz-se necessário que o professor amplie seu conhecimento teórico e aplique suas novas possibilidades pedagógicas e ao mesmo tempo fazer uma reflexão crítica da intencionalidade da sua teoria e a prática pedagógica na vivência do cotidiano escolar. Nesse contexto é possível considerar que esse modelo de educação negou a população negra o direito à história, a educação e minimizou as práticas discriminatórias na sociedade e conseqüentemente no ambiente escolar. Portanto, para que a educação seja alicerçada por práticas antidiscriminatórias e antirracista.

Eliane Cavalleiro (2006) destaca que para combater essa exclusão social os profissionais em educação não podem:

Silenciarse diante do problema não apaga magicamente a diferença, e ao contrário, permite que cada um construa a seu modo, o entendimento muitas vezes, estereotipado do outro que ele é diferente. Esse entendimento acaba sendo pautado pelas vivências sociais de modo acrítico, conformando a

divisão e a hierarquização raciais. (Cavalleiro, 2006. p.21).

Ao mesmo tempo ela destaca que:

É imprescindível, portanto, reconhecer esse problema e combatê-lo no espaço escolar. É necessário a promoção do respeito mútuo, o respeito ao outro, o reconhecimento das diferenças, a possibilidade de se falar sobre as diferenças sem medo, receio ou preconceito. (Cavalleiro, 2006.p.21).

Portanto, pensando numa perspectiva que proporcione a criação de um espaço de convivência e interação social que atenda a diversidade cultural existente no nosso país proporcionando aprendizagens significativas. E que as relações entre os sujeitos sejam de diálogo, respeito e escuta. Tornando a sala de aula um espaço de resistência contra todas as práticas de discriminação e repressão.

3 A LITERATURA INFANTIL: COMO PRÁTICA PEDAGÓGICA PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96, corrobora com os dispositivos da Constituição Federal de 1988 no Art.205, assegurando todos os brasileiros esse direito constitutivo a educação, com a perspectiva de contribuir para a sua formação, fornecendo-lhe mecanismo para progredir. A escola, como espaço de interação social da criança precisa na sua atuação política estabelecer vínculos, visto que, as crianças constroem seus conhecimentos a partir das interações que estabelecem com os outros no meio em que vive. É nesse momento oportuno também para potencializarmos o combate a todas as formas de discriminação e racismo.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais (2006) afirmam que “a escola, enquanto instituição social responsável por assegurar o direito da educação a todo e qualquer cidadão, deverá se posicionar politicamente, como já vimos contra toda e qualquer forma de discriminação”. (Brasil, 2006, p. 238).

A Educação Infantil, primeira etapa da Educação Básica é um campo de atuação de grande relevância para atuarmos no desenvolvimento de práticas antirracistas por entender que o processo cognitivo e social dos alunos que estão em construção. É nessa fase que a troca de conhecimentos ocorrem e a criança está formando sua personalidade e construindo sua identidade por isso é preciso ficar atento a todos os gestos e ações ao direcionarmos o diálogo com a criança.

Nessa perspectiva, no ambiente educativo fez-se necessário que as suas ações não reforcem preconceitos e discriminações.

Patrícia Maria de Souza Santana (2006) considera que:

“É com o outro, pelos gestos, pelas palavras, pelos toques e olhares que a criança construirá sua identidade e será capaz de representar o mundo atribuindo significados a tudo que a cerca. Seus conceitos e valores sobre a vida, o belo, o bom, o mal, o feio, entre outras coisas, começam a se construir nesse período”. (Santana, 2006, p.29).

Nesse processo de ensino, abordagem da temática da diversidade afro-brasileira, com o uso da literatura logo na educação infantil é fundamental para que a criança possa aprender a respeitar, compreender e conhecer o outro para o desenvolvimento do respeito dentro do espaço de convivência. E dentro do ambiente escolar que a criança começa a desenvolver seu conhecimento crítico e reflexivo, para atuar na construção do convívio com a diversidade em outros espaços de socialização.

Autora Gabriela Tavares de Sousa (2017) afirma que:

“O livro de Literatura Infantil enquanto recurso para a prática pedagógica tem a função de introduzir e resgatar conhecimentos, como também levar a reflexão do contexto social. Este recurso além do tema de sua história possui um ponto de grande relevância dentro da etapa da Educação Infantil, que é a ilustração de suas páginas. Rica em cores, formas e textura, elas dão corpo e movimento a história”. (Sousa, 2017, p.4)

Porém, ao resolvermos trabalhar com a Literatura Infantil afro-brasileira e africana em sala de aula temos que adotar alguns critérios na aquisições das obras; os livros têm que atender em primeiro momento a diversidade étnico-racial e cultural do país. E, ainda precisa levar em consideração para que as falas, a atuação e os personagens sejam protagonizados por negros.

Para Gabriela Tavares de Sousa (2017)

“A abordagem de livros literários que tenham em seu enredo a história e as ilustrações que valorizam a construção da autoimagem e da Cultura Negra, assim com a diversidade étnico racial, possui impacto significativo para a formação desse sujeito diante de sua vida em sociedade” (Sousa, 2017, p.05)

O contato com essas obras irá auxiliar as crianças na afirmação de sua identidade e valorização de sua autoestima. Entendendo que a literatura sintetiza a realidade, e a capacidade de se ver. Por isso, que a intencionalidade pedagógica ao selecionar os livros, não podem ser aqueles que reforçam estereótipos, preconceitos,

discriminações. O que pode acarretar para as crianças a negação e a não aceitação de sua imagem.

Nessa perspectiva, Gabriela Tavares de Souza (2019) ressalta que:

“As histórias contadas precisam contemplar a todas as crianças atendidas no contexto escolar. Esses pequenos leitores que estão se construindo enquanto sujeitos produtores de conhecimento, precisam se sentir representados nas páginas dos livros de forma positiva, contribuindo assim para sua formação de sua identidade e autoestima” (Sousa, 2017, p.4).

Nesse período a criança inicia o convívio com as relações sociais que irão perpassar o ambiente familiar. Permitindo-os a elaboração de significados e conceitos a partir da sua própria percepção e leitura do mundo através das experiências vivenciadas. E o ambiente escolar com a literatura infantil irá contribuir para a desconstrução de preconceitos estruturados na sociedade. Promovendo uma educação antirracista formando os sujeitos históricos comprometido com a justiça social e uma sociedade mais democrática.

A Literatura Infantil como a possibilidade para o desenvolvimento da prática antirracista, além de ampliar o repertório da Cultura africana e afro-brasileira possibilitará mudanças de posturas na perspectiva de quebrar silenciamentos no cotidiano escolar e o fortalecimento de um reconhecimento positivo da identidade racial logo, na Educação Infantil.

Em torno do aprendizado da criança, a organização do trabalho pedagógico aqui, foi pensado em desenvolver uma prática antirracista a partir da análise de duas obras literárias intituladas: Minha mãe é negra sim! de Patrícia Santana (2008), com ilustração de Hyvanildo Leite e os Cachinhos de Mili de Lucione Andriola (2020, ilustração de Stephane de Oliveira. A partir da análise desses livros, podemos trabalhar com o rompimento de privilégios, mudanças de posturas e conceitos dentro e fora do ambiente escolar.

No livro Minha mãe é negra sim! Narra o dilema do racismo vivenciado pelo menino Eno no cotidiano do ambiente escolar, que durante a realização de uma atividade de arte, se sente repreendido pela professora a partir do momento em que ela pede para que ele pintasse sua mãe de amarelo.

“Amuado pelos cantos, Eno pensava no sentido de tudo. E não encontrava a respostas. Ele era preto, seu pai e sua mãe também. Por que não podia pintar sua mãe de preto? Já ficava chateado com os apelidos que alguns meninos lhe davam, tudo coisa ou bicho. Mas a professora dizer a ele que pintasse a mãe de amarelo? Era demais!” (Santana, 17, 2008)

Com essa cotação de histórias podemos empoderar as crianças negras a se reconhecerem com a sua identidade étnico-racial de maneira positiva. E ao mesmo tempo, que essa recepção chegue as outras crianças não negras, e que que reconheçam a diversidade de forma não preconceituosa. Por isso, a escola tem que ser um ambiente acolhedor, seguro e que combata toda e qualquer forma de discriminação e exclusão. Entretanto, se o papel não for desenvolvido, afetará o desenvolvimento cognitivo, psicológico e social da criança como vivenciado pelo personagem Eno. “Os dias foram passando, e cada dia pai e mãe estranhavam mais a tristeza do menino. Ele nem queria ir à aula. Um dia inventou dor de cabeça. Outro dia perdeu a hora. No outro apareceu com o uniforme todo molhado de leite”. (Santana,2008, p.15).

Porém a escola, no seu compromisso de validação dos direitos e de combate as exclusões acabam reforçando práticas discriminatórias.

Nas palavras de Patrícia Maria de Souza Santana (2006):

“No interior das instituições de Educação Infantil, são inúmeras as situações nas quais as crianças negras desde pequenas são alvo de atitudes preconceituosas e racista por parte tanto dos profissionais da educação quanto dos próprios colegas e seus familiares. A discriminação vivenciada cotidianamente compromete a socialização e a interação tanto das crianças negras quanto das crianças brancas, mas produz desigualdades para as crianças negras, à medida que interfere nos seus processos de constituição de identidade, de socialização e de aprendizagem”. (Santana, 2006, p.36)

Depois desse episódio de racismo na escola, o menino volta para casa triste e não aceitou comer e nem conversa com ninguém. Sua angústia aumentou ainda mais, quando foi a biblioteca do bairro para encontrar o significado da palavra preto, diante da consulta só encontrou significado pejorativos, volta para casa e ficou mais uma vez em silêncio.

Foi com a chegada do seu avô que ele rompeu com o silêncio, e resolve relatar a sua angústia. O seu avô o empoderou ao falar da sua origem, história e da ancestralidade do seu povo. Ao mesmo tempo relatou: “Falou de racismo, das dificuldades que as pessoas negras enfrentavam e enfrentam para serem aceitas neste mundo. (Santana, 2008, p.22)

Mas fortaleceu o seu neto, ao mencionar que: “A boniteza deste mundo está nas diferenças, diferenças de tudo quanto é jeito: de pessoas, de cores, de gente e flores, de tamanhos, de línguas e costumes, de sotaques, de jeitos de ficar alegre e triste ” (Santana 2008, p.24).

Depois do diálogo com o avô, resolveu voltar para a escola e reafirmou se eu pertencimento de sua cultura étnica. “Professora, meu desenho de mãe, não pinte de amarelo, pinte de preto em negro como é a minha mãe, como é a jabuticaba, o ébano, a beleza da noite escura. Pinte com a cor de mim mesmo”. (Santana 2008, p.26)

O personagem Eno, ficará no imaginário e na memória afetiva das crianças de forma positiva contribuindo com o processo de construção de suas identidades. Essa literatura tem a possibilidade de romper com o ciclo que durante muito tempo invisibilizou as narrativas negras. Ao longo dessa narrativa, o personagem protagonista Eno faz questão de potencializar seu pertencimento étnico-racial, como está expressa na obra: “Na cabeça do Eno, tocava uma música que seu avô havia cantado para ele: “Eu sou negro sim, como Deus criou. Sei lutar pela vida, cantar liberdade, gostar dessa cor. Eu sou negro sim... ” (Santana 2008.p 29)

No livro Os cachinhos de Mili da Lucione Andriola, narra a história de uma menina que não se sentia representada no padrão de beleza estabelecido pela sociedade e não aceitava seus cachos e queria cabelos lisos como de suas bonecas. "Por mais que a mamãe argumentasse sobre a beleza dos seus cachos, a menina Mili não queria ouvir. (Andriola,2020, p.10).

Para Sousa (2017):

“Essas narrativas acentuam os rótulos inaceitáveis que as crianças desde muito pequenas entram em contato. As características físicas de tais personagens não dão espaço para um debate da diversidade, para conhecer e reconhecer no outro as diferenças de forma positiva. Sensibilizar as crianças para o respeito às diferenças é necessário. Elevar a autoestima por meio de uma reflexão de que há espaço para todos serem os protagonistas de uma história. É romper barreiras com preconceito que perpetua as desigualdades” (Sousa, 2017, p.5)

Mili, sempre reclamava quando sua mãe ia pentear os seus cabelos. Até que a mãe deixou de pentear. Certo dia, chegou em sua sala de aula uma nova colega com seus cabelos soltos e cacheados, que fazia questão de falar que tinha um cabelo estilo "black power" e que gostava muito.

A partir desse momento Mili, a voltar para casa mesmo sem entender o significado daquela palavra que a colega falou. Mili pediu para sua pentear o seu cabelo e deixá-lo solto. Porém não tinha mais jeito, o seu cabelo estava todo enlinhado. Foi aí que a mamãe, resolveu procurar uma fada na floresta, que depois de relatar toda a história, a fada oferece um creme mágico. Ao chegar em casa correram para lavar os cabelos e todos os nós desataram.

Portanto, observa-se que na Educação Infantil, torna-se um espaço de socialização e imprescindível através da Literatura Infantil com o uso de personagens negros para fortalecer a representatividade das crianças no reconhecimento da diversidade multicultural que constitui a nossa sociedade. E nesse processo educativo, contribuir para uma formação emancipadora, em que todas as crianças se tornem sujeitos históricos de uma sociedade mais igualitária.

Foi com essa perspectiva, em dar visibilidade a representatividade ao protagonismo de personagens negros com referência positiva de sua origem racial que a atitude da personagem Mili irá fortalecer a autoestima e a construção da identidade e o pertencimento étnico de outras crianças.

“Mili hoje entende que cada menina é bonita do jeito que é, que cada um tem o cabelo diferente, cada cacho é único. Que essas diferenças tornam o mundo mais bonito, tal como o arco-íris com suas cores diferentes. Mili hoje sabe que as diferenças são e que todos têm que respeitá-las”. (Andriola,2020, p.17)

Entendendo que a escola é um complexo social de formação humana. Devemos potencializar as crianças negras esteticamente, epistemicamente e não negando a sua existência. Nesse sentido, já tivemos alguns avanços no sistema educacional brasileiro em relação a temática das Relações Étnico-raciais com todo o engajamento e a atuação do Movimento Negro por ações afirmativas, para uma educação voltada que contemple a diversidade sem ocultar e nem silenciar os diferentes atores sociais.

4 INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA – PLANO DE AULA

Título

O uso da Literatura Infantil para propagar uma educação antirracista

Público-alvo

Alunos da Educação Infantil

Objetivos:

Geral: Construir uma nova perspectiva pedagógica, com o uso da Literatura Infantil como uma prática antirracista na Educação Infantil.

Específicos:

- ✓ Discutir a importância da literatura infantil na promoção de uma educação antirracista.

- ✓ Promover uma intervenção positiva para a superação de preconceito, estereótipos, discriminação e racismo no ambiente escolar.
- ✓ Construir um espaço de interação social, um ambiente que promove a formação humana integral do indivíduo para o convívio e o respeito com as diferenças.

Recursos didáticos;

Uso de imagens e livros paradidáticos (Minha mãe é negra sim! de Patrícia Santana e Os cachinhos de Mili de Lucione Andriola)

Expectativas de aprendizagem

A partir dos livros mencionados o desenvolvimento das atividades serão direcionadas como uma proposta de intervenção pedagógica. Onde os educandos terão acesso a conhecimentos para construir uma narrativa, que venha contribuir para uma formação humanizada, rompendo com práticas discriminatórias e estereótipos enraizados desde o processo de colonização que invisibilizou e silenciou a história e a memória dos afro-brasileiros ao longo da história.

Desenvolvimento:

No primeiro momento o professor prepara o ambiente da sala deixando acolhedor e aconchegante em forma de um círculo com tapetes, almofadas e em seguida apresentar os livros aos alunos. Inicia o desenvolvimento da aula com uma roda de conversa, leitura de imagens e contação de histórias. Após a leitura permitir aos alunos que participem e expressem oralmente as suas ideias que tiveram depois da contação.

No segundo momento trabalhar com desenhos, pinturas, colagens com as temáticas abordadas nos livros: a diversidade étnico-racial, respeito, convivência e interação social. Com isso permitir as crianças a compreenderem que a diversidade que constituiu o espaço de convívio escolar contribui para desenvolver ações contrárias as práticas discriminatórias e construindo uma sociedade mais justa e igualitária.

Avaliação

A avaliação pode ser desenvolvida de maneira processual e contínua, considerando a participação, as expressões das crianças, oralidade, argumentação e o respeito a opinião dos colegas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com análise das obras de literaturas infantis, aqui apresentadas nos possibilitou a ampliar o nosso olhar acerca da importância de compreender que o trabalho com as Relações Étnico-Raciais tem que ser contínuo e intencional. E a partir dessa experiência ressignificar e fundamentar as nossas práticas de atendimento como professor que atuamos na Educação Infantil, visto que a importância da temática ainda é uma demanda recorrente e pouco trabalhada nos estabelecimentos de ensino.

A pesquisa aqui foi desenvolvida através da análise de várias referências bibliográficas onde todas dialogam na perspectiva de que a educação tem um papel preponderante para a transformação social. E com o uso de literatura afro-brasileira e africana na Educação Infantil, com a criação de diretrizes para uma educação antirracista visando estimular a aprendizagem e a construção de identidade dos alunos. Com um direcionamento de um ensino que proporcione a formação de indivíduos para a convivência social e o respeito aos valores culturais.

REFERÊNCIAS

Andriola, Lucione. *Os cachinhos de Mili*; Cajazeiras/PB: Arribação, 2020

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL, Ministério da Educação. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. **Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais**. Brasília: SECAD, 2006.

CAVALLEIRO, Eliane. **Introdução**. In: Orientações e Ações para Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006.

Educação das Relações Étnico-Raciais. Brasília: SECAD, 2006

LIMA, Heloisa Pires Lima. **Personagens Negros: um breve perfil na Literatura infanto-juvenil**. In: **Superando o racismo na escola**. 2.ed. Brasília: MEC; SECAD, 2005.

MUNANGA, Kabengele (Org). **Superando o racismo na escola**. 2.ed. Brasília: MEC; SECAD, 2005.

SANTANA, Patrícia Maria de Souza Santana. **Educação Infantil**. In: Orientações e Ações para

SANTANA, Patrícia. **Minha mãe é negra sim**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2008.

SOUSA, Gabriela Tavares. **A Representatividade Negra na Literatura Infantil: dentro da sala de aula.** X Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros, 12 a 17 de Outubro Uberlândia/MG, 2018.

VADE, Mecum acadêmico de Direito Rideel/Anne Joyce Angher, organização – 36, ed.- São Paulo: Rideel,2023.